

O CEAI COMO ESPAÇO DE CONCILIAÇÃO ENTRE UNIVERSIDADE E SOCIEDADE¹

CEAI AS A CONCILIATION SPACE BETWEEN UNIVERSITY AND SOCIETY

CEAI VỸ TỸ JAGNĒ MRÉ VĔNHMÃN KAR JAGNĒ MRÉ KI KRÓM JÃFÃ NĨ UNIVERSIDADE KAR KỸ TÃMĨ KE Û AG KĨ GÉ²

Joel Anastacio*

UEPG

Letícia Fraga**

UEPG

Resumo: Neste texto, a partir do caso concreto da criação e funcionamento do Coletivo de Estudos e Ações Indígenas (CEAI), apresentamos uma discussão sobre os desafios de se pôr em prática uma proposta que defenda uma revisão sobre os espaços e as estruturas acadêmicas; de discutir o papel social das universidades públicas; e a importância de se valorizar os saberes ditos subalternos. Destacamos o fato de a autoria ser uma parceria entre um acadêmico Kaingang graduando em Agronomia e uma professora universitária da área de Letras, o que já impõe uma série de desafios a serem enfrentados. No entanto, para que a universidade repense suas bases é necessário que desafios como esse comecem a ser enfrentados.

Palavras-chave: Povos indígenas. Contra-hegemonia. Epistemologias outras.

Abstract: In this text, from the concrete case of the creation and function of the “Coletivo de Estudos e Ações Indígenas” (CEAI), we introduce a discussion about the challenges involving the appliance of a proposition that defends a revision of the academic spaces and structures; the discussions on the social role of the public universities; and the importance of valuing the knowledges so called inferiors. We highlight the fact that the authorship is a partnership among a Kaingang student, that graduated in agronomy, and a college teacher from the language area, which imposes a series of challenges to be overcome. However, to make the university rethink its bases it’s necessary that challenges like this becomes to be faced.

Keywords: Indigenous people. Counter-hegemony. New epistemological foundations.

¹ Parte deste texto é oriunda de uma entrevista concedida à aluna Daniela Valenga do curso de graduação em Jornalismo da Universidade Estadual de Ponta Grossa e foi usada para a composição da matéria “Coletivo dá visibilidade à cultura indígena na UEPG”, veiculada no portal Elos – Direitos Humanos, Jornalismo e Formação Cidadã, disponível em <https://elos.sites.uepg.br>

² O título e o resumo deste artigo foram traduzidos para a língua Kaingang. A tradução foi realizada pelo estudante indígena do curso de Odontologia da UEPG, Renato Pereira.

* Acadêmico Kaingang do curso de Graduação em Agronomia da Universidade Estadual de Ponta Grossa. E-mail: joelanastacio22@gmail.com

** Professora dos Cursos de Licenciatura em Letras e Mestrado em Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Ponta Grossa. E-mail: leticiafraga@gmail.com

Resumo: Texto tag ki, nén han mũ tag tugrĩn kar kÿ ti tÿ ke há han nĩ Coletivos de Ações Indígenas (CEAI) tag ti, ajag mÿ ãg tóg ven ke mũ ãg tÿ jagnẽ mré to vēmén jã ti, jagy tĩ e jã ti ãg tÿ tag han sór kÿ, vẽnĥ jykre tag tÿ ãg jagfy tugnÿm ke, ãg nÿtĩ ke ěn kar kÿ vẽnĥránrán tĩ ag jykre mré hã; jagnẽ mré to vēmén jé, ti tÿ nén han ke mũ ti universidade tÿ vẽnĥkar mÿ ke tag ti; kar kÿ ti tÿ há nĩ ěn ti ãg tÿ kãjatu e tũ nĩ jé ag tÿ nén ki kairó sĩ he tĩ ěn ti. Kar kÿ ãg tóg ajag mÿ ù tÿ tag to jagnẽ mré jykrén mũ tónĥ ke mũ vẽnĥránrán tĩ tÿ agronomia han tĩ mré vẽnĥkanhrãn tĩ universitária tÿ letras tá ke fi, tag tóg nén jagy tÿ ĥn ri ke vem mũ ãg tÿ kato vãsãn jé. Hã kÿ, universidade tÿ nén han vén tĩ ěn to jykrén mân e jé ãg tóg nén jagy han mũ tag kato vãsãnsãn henĥ ke mũ.

Palavras-chave: Vẽnĥrágrá-ki krov’o: kanĥgág ù ag. Vēsã ùn mág han mũ –kato. To jykre tavĩ ki kanhró, ù ag kĩ gé

Este texto vem na esteira da produção de outros (FRAGA, ANASTACIO, PEREIRA, 2018; FRAGA et al., 2017), que são fruto de uma necessidade de refletir sistematicamente sobre o trabalho que iniciamos e vimos desenvolvendo no âmbito do Coletivo de Estudos e Ações Indígenas (CEAI)¹, desde seu início, em 2017.

Mais do que uma exigência acadêmica, o exercício de escrever, para o grupo, tem se mostrado uma oportunidade de reafirmar os compromissos, ajustar os propósitos e principalmente fortalecer os laços, questões bastante importantes considerando que o coletivo nasceu da diferença, a diferença é que possibilita a existência deste coletivo. Por isso, para nós é claro que precisamos lidar com ela, administrá-la, para que possamos definir cada passo seguinte.

Acreditamos que o conteúdo do texto vai ao encontro do dossiê “Entre hegemonias e saberes subalternos na Universidade do Século XXI”, por diversas razões. Podemos citar a parceria dos autores – um aluno indígena e uma professora universitária; a proposta de defender uma reflexão sobre os espaços e as estruturas acadêmicas; de discutir o papel social das universidades públicas; e a importância de se valorizar os saberes ditos subalternos.

E essas mesmas razões também justificam nossa decisão quanto à linguagem usada neste texto – procuramos que fosse acessível ao maior número de pessoas, inclusive às que não estão na academia – e ao formato escolhido – preferimos apresentar um ensaio e não um artigo acadêmico nos moldes tradicionais.

Quanto à discussão, ela segue este caminho: partimos (sempre) da origem do coletivo – julgamos importante retomá-la, uma vez que sempre há algo a acrescentar, rever, repensar –, seguimos até o momento presente, destacando o que julgamos mais relevante e finalizamos lançando olhar em direção ao futuro, conforme o que já é possível vislumbrar.

Sobre a parceria dos autores – um acadêmico Kaingang do curso de Graduação em Agronomia e uma professora dos Cursos de Licenciatura em

¹ O CEAI é registrado como projeto de extensão na Universidade Estadual de Ponta Grossa sob o nome de “Saberes Outros: Estudos e Ações Indígenas”. Já o projeto está vinculado ao Programa de Extensão “Laboratório de Estudos do Texto”, coordenado pela professora Djane Antonucci Correa (UEPG).

Letras e Mestrado em Estudos da Linguagem da UEPG –, temos importantes coisas a dizer.

A condução do texto em relação à autoria, neste e nos demais materiais que já escrevemos, é bastante complexa, desde a definição da pessoa verbal a ser utilizada. Nem a primeira pessoa do plural ou o “se” indicando sujeito indeterminado “resolvem” totalmente as questões com as quais precisamos lidar. O uso do “nós” acaba sendo restrito, porque não é em todos os momentos em que a nossa fala é comum. Já percebemos que se trata muito mais de falas que se complementam do que vozes uníssonas. Por outro lado, o uso do sujeito indeterminado dificilmente tem lugar, porque em nossas discussões é fundamental apontar quem está falando, até porque nossas falas nos denunciam, pelo fato de resguardarem suas origens, seus distintos lugares de fala. Desse modo, semelhantemente a como fizemos em Fraga, Anastácio e Pereira (2018), utilizaremos dois recursos: quando for possível, utilizaremos o “nós”, tal como estamos fazendo nesta introdução e, quando for o caso, indicaremos, no texto, a autoria de cada trecho. A partir do seguinte parágrafo, passamos, pois, a utilizar o segundo recurso citado.

Leticia Fraga – O CEAI nasceu de uma necessidade, necessidade essa que tinha a ver com os limites impostos pelas regras da instituição onde trabalho (que são praticamente as mesmas em todas as IES), com relação à formalização dos trabalhos que o grupo se dispôs a realizar.

Por exemplo, tanto em projetos de extensão quanto em projetos de pesquisa, é preciso estabelecer uma hierarquia na equipe de trabalho. Algumas hierarquias já são pré-estabelecidas (uma comissão, por exemplo, deve conter um presidente, um vice-presidente e membros); e, em outras atividades, há alguma flexibilidade – mas o fato é que flexibilidade total não há.

Citando outro exemplo ainda, obrigatoriamente um projeto de extensão tem que ser coordenado por um docente. Um aluno não pode coordenar um projeto de extensão. Ele não pode nem ser um supervisor, que equivaleria a uma espécie de vice-coordenador.

Quanto à equipe, há divisão prévia entre as atribuições de alunos e docentes. Existem impedimentos quanto aos alunos assumirem determinadas responsabilidades, mesmo que na prática eles tenham condições de fazê-lo.

Nosso grupo precisou discutir e tomar algumas decisões em relação a essas regras/limitações quando Joel e Renato vieram propor o curso de língua Kaingang. Do ponto de vista da formalização institucional, foi a minha participação que possibilitou a criação e funcionamento do curso. A ideia de propor o curso foi dos estudantes, mas o projeto foi construído em conjunto. A partir do momento em que eles apresentaram a proposta, me dispus não somente a acompanhar, supervisionar o trabalho dos discentes, mas estabelecer uma parceria com eles. No entanto, na hora de preencher o formulário, no item “coordenador” só foi possível e só é possível pôr o nome “Leticia”. “Renato” e “Joel” só puderam ser citados como membros

da equipe organizadora. E não acho que não tenha sido isso o que aconteceu na prática. Não acho que o trabalho deles tenha sido menor que o meu.

Na prática, nós três nos reunimos algumas vezes. Como docente, expliquei a eles as exigências institucionais sobre como o curso teria que funcionar. Quanto aos encontros do curso, os estudantes elaboraram todo o planejamento e executaram. Eu, inclusive, me inscrevi como aluna do curso e o frequentei, como os demais 12 cursistas que concluíram as aulas.

Por essa razão, a redução do reconhecimento da participação dos estudantes me incomodou profundamente, porque a autoria, a responsabilidade deles desapareceu em função, de um lado, das exigências e, de outro, dos impedimentos institucionais. Como muito provavelmente as regras dentro da instituição não vão mudar, até porque isso é uma questão da academia, não é uma coisa da UEPG, é do ambiente acadêmico (se houvesse mudança, teria que ser uma geral), o que comecei a pensar é que poderíamos, em outras situações e espaços, fazer o registro dos nossos trabalhos de acordo com a nossa compreensão.

Em algum momento poderia ser possível mostrar que nós trabalhamos em equipe não hierarquicamente, mas me parecia que teria que ser à parte. E me pareceu também que era tão importante nomear a proposta quanto construí-la. O que nós vínhamos fazendo, já fazíamos, isso tinha/tem um nome?

Quando consegui em uma reunião me expressar dessa forma, Mariana² disse: “isso tem um nome, é um coletivo”. Até perguntei para confirmar: “mas coletivo é quando você tem horizontal, não tem a hierarquia de cima para baixo?” Ela assentiu. Então é isso que nós fazemos. A partir daí nós nos reunimos algumas vezes para definir o nome do coletivo, o logotipo e todas as outras coisas necessárias que já conseguimos fazer até agora.

Joel Anastacio – Realmente, a iniciativa do coletivo veio dessa necessidade que nós, acadêmicos indígenas, tínhamos a princípio de criar alguma coisa que desse mais visibilidade não só a um, ou dois acadêmicos, mas a todos da comunidade indígena aqui da universidade. Desde o momento em que entrei na universidade, sempre tive vontade de criar, de fazer algo mais, além de frequentar o meu curso na universidade.

Pensava em algo que desse mais visibilidade aos acadêmicos indígenas aqui, mas até então nunca tive oportunidade, nunca tinha encontrado pessoas que realmente tivessem vontade de estar ao nosso lado, no que precisássemos.

Conheci a professora Letícia quando ela participava da CUIA³, era integrante da comissão. Neste momento, percebemos que poderíamos fazer outras atividades, como pesquisa e extensão, juntamente com ela. Mas o sistema da CUIA é um outro sistema de administração, tem outros objetivos.

Depois que a professora se afastou da CUIA e eu conheci o Renato, depois que ele entrou na universidade, perguntei para ele se ele tinha interesse de montar um projeto, fazer algum trabalho que realmente desse essa

² Mariana Fraga da Fonseca, participante do coletivo, aluna do Programa de Pós-Graduação em Jornalismo (UEPG)

³ A CUIA é a Comissão Universidade para os Índios. Para mais informações sobre a Comissão, consultar Amaral, Fraga e Rodrigues (2016).

visibilidade. Nós sentamos e pensamos que poderíamos ofertar esse curso a princípio para os acadêmicos indígenas, já que estão fora da comunidade e deixam de ter contato direto com a língua. Pensamos que o curso poderia possibilitar esse contato, de modo que a língua não se perderia. Parece uma coisa simples, mas não é. A linguagem indígena é a nossa identidade.

Para colocar o curso em prática, pensei exatamente da mesma forma como a professora falou: temos que ter uma pessoa da instituição que nos possibilite propor o curso dentro das normas da UEPG. Então pensei em procurar a professora Letícia. Propusemos essa ideia do curso e ela aceitou. Na hora, sempre tem aquele impasse: “será que vai dar certo?” Mas desde o início houve incentivo para que o curso se tornasse realidade. A partir daí, à medida que o curso foi se desenvolvendo e fomos conversando, não só vimos que a ideia deu certo, mas que era necessário criar algo mais. Não devíamos ficar somente nesse curso e parar por aí.

Então tivemos a ideia de criar o coletivo, do qual são integrantes acadêmicos indígenas, acadêmicos não indígenas, professores, graduandos, mestrandos. É importante que todos vejam que não somos somente dois acadêmicos e a professora.

O CEAI está aberto para quem tiver ideias que possam contribuir com a visibilidade da questão indígena, para quem tiver trabalhos que procuram fortalecer a ideia de que o indígena hoje pode estar dentro da universidade, ele pode ser formado em qualquer uma das áreas que existem dentro da universidade. Isso é ótimo! Foi a partir daí que nos reunimos, todos nós, que demos esse pontapé inicial no projeto. Hoje temos vários trabalhos em andamento. Para nós, como acadêmicos indígenas, para mim, para quem tinha dificuldade de até fazer algumas coisas, isso contribuiu muito.

Através do CEAI, vamos aos colégios dar palestras, em nome do coletivo. Isso ajuda não só como conhecimento pessoal, mas profissional também. Quando trabalho nisso, isso me ajuda dentro do meu curso, eu passo a ter mais desenvoltura para poder apresentar melhor os seminários. Isso nos fortalece para melhorarmos cada dia mais como acadêmicos, como pessoas e cada dia buscar mais conhecimentos, especialmente nos estudos sobre os indígenas. Então isso veio nos fortalecer muito mais.

Letícia Fraga – Nós precisávamos nos organizar. Depois do curso, Joel e Renato queriam continuar desenvolvendo trabalhos. E como alguém que está na academia, eu tinha possibilidade de orientá-los na iniciação científica ou extensão e a nossa organização nesse formato permitiu viabilizar isso.

Foi melhor inclusive para deixar as coisas mais claras também: todos têm compromisso, todos têm responsabilidade e todos têm mérito. É nesse sentido que eu acho que o coletivo, a organização em forma de coletivo, tem muito a contribuir. Insisto: todos têm responsabilidade e todos têm mérito. Temos que dividir as coisas difíceis, mas também dividimos as coisas boas. Portanto, os bons resultados são mérito de todo mundo.

Foi então que Renato e Joel começaram a desenvolver trabalhos para além da sala de aula. O Renato, por exemplo, foi o primeiro acadêmico indígena a fazer iniciação científica na UEPG. O Joel foi o segundo aluno a participar de extensão. A Julia⁴ fez extensão no ano passado também.

Ainda no ano passado, conseguimos propor uma sessão praticamente inteira com trabalhos nossos no 15º “Encontro Conversando Sobre Extensão” (CONEX). Neste evento, apresentamos todos os trabalhos que tinham sido desenvolvidos no ano, em 2017. Foi a primeira vez que isso aconteceu. Quase toda a equipe apresentou seus trabalhos: Joel, Renato, professor Álvaro⁵ e Elisângela⁶, uma orientanda minha de pós-graduação que apresentou o trabalho dela que faz parte do CEAI. Então são alunos de graduação, pós-graduação, indígenas, não-indígenas, professores da UEPG, professores da rede estadual. É um grupo que é diverso e é importante que tenha essa diversidade, para que possamos trocar os olhares e aprender uns com os outros,

Joel Anastacio – Eu acho que o legal do coletivo é isso, ter variedade, variedade de conhecimento, de áreas. Às vezes pensamos: “estou indo para minha comunidade desenvolver um trabalho, mas como que vou tirar foto?” Sabemos que essas coisas podemos perguntar para outra pessoa do grupo, para a Mariana, por exemplo, que fez jornalismo e trabalha bastante com foto. Ela pode explicar essas coisas. O professor Álvaro, que trabalha com artes, também ajuda nessa parte do melhor enquadramento, luz. Outra aluna, de Letras, explica a questão das variedades de língua, porque em palestra varia bastante. Eu estou mais acostumado a falar com pessoas adultas e recentemente fui conversar com crianças em uma escola. Então a linguagem é totalmente diferente, o conteúdo é totalmente diferente. E se você pode contar com uma outra pessoa de outra área que entende desse assunto, ela pode ajudar bastante, dar umas dicas. No Coletivo, o legal é isso, um está sempre contribuindo para ajudar o outro no que precisar.

Sobre o curso de língua Kaingang, realmente fizemos todo o planejamento das aulas, de cada aula. Planejamos eu e o Renato porque queríamos que o curso acontecesse da forma como os indígenas passam esses conhecimentos dentro de uma comunidade indígena. Então tentamos levar isso para dentro da sala de aula também, da forma mais próxima de como é passado esse conhecimento dentro de uma comunidade indígena. Isso ajudou bastante a aprendermos a lidar com situações diversas que enfrentamos no dia a dia. Nós, acadêmicos indígenas, não tínhamos isso antes. Só passamos a ter a partir de todo esse trabalho que estava sendo desenvolvido.

Para mim e para o Renato, conversamos sobre isso recentemente, trouxe muitas contribuições. Sem contar a visibilidade que criou dentro da universidade. Foi através da participação no coletivo que cheguei a participar de uma chapa, em parceria com o DCE, para concorrer como suplente de representante discente no Conselho de Administração. E a chapa foi eleita!

⁴ Julia Isabela Souza, membro do coletivo, acadêmica Kaingang do curso de Direito da UEPG.

⁵ Álvaro Franco da Fonseca Júnior, membro do coletivo, professor da disciplina de Artes na rede estadual de ensino do PR.

⁶ Elisângela Queiroz, membro do coletivo, aluna do Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem da UEPG.

Antes nós tínhamos até medo de tentar participar. “O que que eles vão pensar disso?”, eu pensava. Hoje em dia estamos realmente lutando para que haja indígenas dentro dessas organizações acadêmicas, para que possamos saber o que eles pensam e para mostrar que dentro da universidade tem indígenas, que nós estamos aí. Estamos tentando mostrar que a gente tem muito a aprender, mas também temos muito a contribuir no espaço da universidade.

Leticia Fraga – Neste ano, 2018, nós temos coisas bem importantes finalizando. As orientações dos trabalhos deles, sistematizadas oficialmente. O trabalho do Renato é de iniciação científica, o do Joel e da Julia são projetos de extensão. Isso é muito significativo. Os trabalhos de extensão vão ser apresentados no CONEX e o de iniciação científica, no EAIC⁷, mais para o final do ano.

⁷ Encontro Anual de Iniciação Científica.

Criamos uma página no Facebook, que vamos atualizando na medida do possível, porque fazemos as coisas dentro das nossas condições. Renato e Joel fazem cursos integrais, então eles têm que conciliar os projetos com as aulas, porque eles têm que ter um bom desempenho, têm que ter boas notas nos cursos deles. Não é uma questão de uma coisa substituir a outra. É para complementar a formação.

Nós estamos organizando um terceiro livro, que é um livro em Guarani. Os dois primeiros foram livros de Kaingang de autores que moram na primeira comunidade onde iniciei os trabalhos, de onde o Joel é oriundo, na cidade de Mangueirinha, Terra Indígena de Mangueirinha. Esses livros nos levaram a outro desdobramento, que foi trabalhar com os Guarani, algo que eu já achava bastante importante, já que são as etnias presentes aqui no estado.

Esse trabalho exigiu que fôssemos conhecer uma Terra Indígena que nenhum de nós conhecia, cujo acesso é muito difícil. Fica na cidade de Inácio Martins, Terra Indígena de Rio d’Areia. Foi bastante difícil chegar até lá, mas foi muito bom. Ficamos três dias, fomos muito bem recebidos. Foi a primeira vez que levantamos material audiovisual, o que não tínhamos conseguido até então. Isso tem que ser muito bem acordado com a comunidade. Não é difícil imaginar por que existe receio quanto a isso. Muitas pessoas já foram exploradas, no sentido de as pessoas irem lá, coletarem dados e não cogitarem um retorno e nunca mais voltarem. É preciso ter muito cuidado com isso. Foi uma experiência muito boa, porque ela tem relação com esse livro, uma vez que fomos lá buscar outros dados que precisávamos para concluir o material. E aí acabou acontecendo de a pessoa se dispor, o autor do livro, seu Nelson Florentino (a pessoa que elaborou todas as histórias, que fazem parte do livro), a dar um depoimento audiovisual. É um material que ainda vamos precisar organizar, mas já sabemos que é um material riquíssimo, que pode gerar muitos trabalhos.

Nós já publicamos dois artigos em periódicos, coisa que é muito difícil. As pessoas do meio acadêmico sabem disso. Em um dos artigos, descrevemos a trajetória do coletivo e no outro Joel e Renato contam sua

trajetória de resistência dentro da universidade. Ambos estão disponíveis na Internet para quem tiver interesse em conhecer. O que quero dizer com isso é que esses não são só trabalhos publicados *pro forma*. São trabalhos realizados com a intenção de dialogar com outras pessoas que têm interesse em desenvolver trabalhos na área e perceberem que isso é relevante.

Nós vamos continuar nosso caminho, há uma orientação de mestrado em andamento, uma dissertação, os trabalhos dos estudantes de iniciação científica e extensão, há o material que continuamos publicando. Vamos começar a disponibilizar material audiovisual, algumas coisas que eles mesmos vão fazer, de autoria deles. Queremos fazer algo direcionado ao público infantil. Enfim, no grupo ideia é o que não falta.

Joel Anastacio – Além da apresentação desses trabalhos acadêmicos, temos ideia de elaborar mais material que possa ser levado para as comunidades indígenas, que hoje são carentes de materiais didáticos sobre a própria história indígena, em um formato mais didático. Os professores precisam desses materiais. Além desses trabalhos de iniciação científica e extensão, que contribuem para a nossa formação e futuramente vão contribuir para a comunidade, vamos tentar fazer parceria para tentar levar material para a comunidade. Vamos tentar. Fácil não é, como a professora falou. Encontramos alguns imprevistos no caminho, mas é possível contornar, para ver se conseguimos atingir nossos objetivos.

Letícia Fraga – A própria presença deles, aqui na instituição, já não é fácil, já é uma subversão, no bom sentido da palavra. Considero que todos são verdadeiros guerreiros, em termos de resistência. Não sei como suportam todo um sistema que vai contra a vinda e a permanência deles aqui. Por isso eles têm a minha mais profunda admiração.

Joel Anastacio – Dentro da universidade, encontramos bastante dificuldades, barreiras, que teoricamente não deveríamos encontrar, já que a universidade se declara um lugar “para todos”. “Universidade”: um universo de pessoas, etnias, de culturas diferentes e todos deveriam ser respeitados. Mas percebo que, quando se trata do indígena, quando eu me identifico como indígena, já me olham com outro olhar. Então realmente sentimos o preconceito das pessoas.

Quando se trata de indígena, é comum ouvirmos coisas do tipo: “você é indígena, [mas se] está na universidade, não é mais indígena”. Só que ser indígena vai muito mais além do que isso. Ser indígena é você se identificar como indígena, você ter isso como uma lição de vida para futuramente você passar para os seus filhos. Fomos indígenas, somos indígenas e seremos indígenas, independentemente de você hoje em dia ser advogado, agrônomo, médico, professor. Podemos ser o que for, em termos de profissão, sem deixar de ser indígena. Mas infelizmente encontramos bastante preconceito dentro da universidade. Eu encontrei bastante dificuldade, não só na convivência com alunos, mas com professores também. Muitos acham que o indígena é

aquele que deve estar no meio do mato, caçando, pescando, colhendo fruta, pelado, ou seja, indígena para muitos não pode estar em curso nenhum, não pode estar na cidade, não pode estar usando roupa.

Tem essas coisas dentro da universidade, que parecem coisas simples, mas para o indígena não é. Isso é uma coisa séria. As “brincadeiras” dos colegas, professores muitas vezes dão vontade de desistir do curso, muitas vezes levam o acadêmico a voltar para a comunidade. Muitas vezes, as pessoas podem achar que é uma brincadeira, mas para quem sofre isso na pele não é. Isso é sério! Então estamos tentando, aos poucos, introduzir essa discussão nas escolas. Esses são os trabalhos que desenvolvemos com as crianças, os jovens, adolescentes, com acadêmicos e professores: o indígena pode ser o que é, pode estar onde estiver sem deixar de ser indígena. É isso que temos que passar, é isso que temos que transmitir. E a criação do coletivo tem ajudando bastante, pois o grupo se responsabiliza por tudo isso, no coletivo. Isso contribui para que os acadêmicos indígenas se fortaleçam mais quanto a essa questão, de que o indígena pode fazer tudo que estiver dentro das suas condições, pois ele também é capaz. Pode aprender, se formar, exercer sua profissão como qualquer outro.

Leticia Fraga – Para finalizar, eu queria chamar atenção para uma coisa que acho muito importante, algo que tenho observado.

A universidade precisa mudar, a universidade precisa se reestruturar, precisa se rever, precisa pensar qual é a sua função. Ela está à disposição de quem? Quem é seu público-alvo? Muitas vezes – e isso me parece uma tradição não só nossa, repito, é uma tradição do meio acadêmico – a universidade parece que nunca teve outro objetivo, além de servir a si mesma. Ela é o princípio e o fim.

Já escutei muitas vezes de professores: “eu fui lá, propus um projeto e a comunidade não aceitou”. Eu pergunto: “mas você foi lá e perguntou primeiro? Você foi lá e pediu licença para entrar? Você foi lá e perguntou o que essas pessoas têm interesse de fazer, quais suas necessidades? É muita empáfia chegar e dizer (ou dar a entender que) “eu vim aqui trazer a solução para os problemas de vocês”. Não pode ser assim. Mas para que não seja assim a universidade precisa mudar muito essa visão dela ensimesmada, pois na verdade temos obrigação de dar um retorno para a sociedade, considerando que temos tudo que temos em razão da contribuição da sociedade.

Estou aqui há 20 anos e sei que a presença de alunos negros e negras, cotistas de escola pública e indígenas, dentre outros, é muito recente. Então a universidade mudou bastante do ponto de vista do público, por meio das políticas afirmativas instituídas. Mas até que ponto os currículos mudaram? Até que ponto aquilo que estudamos, aquilo que passamos para os alunos estudarem não continua sendo a mesma coisa? Os meus alunos leem o que eu li quando fazia graduação? Ficamos nos repetindo. Não trazemos outros autores, outros modos de pensar. Ainda prevalece o modo de pensar

européu, eurocentrado. Não questionamos isso, tomamos como verdade e ficamos repetindo.

Por isso acho que a presença deles é muito importante, porque aí somos obrigados a mudar, porque estamos frente a frente com eles. Quando conheci os primeiros professores de língua Kaingang, estes me ensinaram muito mais do que tudo o que estudei em toda minha vida. Nunca aprendi tanto sobre língua, sobre o que é língua, sobre o que é ensinar língua, sobre como ensinar língua, sobre qual é a função da língua, sobre qual é a relação das pessoas com as línguas, como quando passei a ter contato com os professores indígenas. Precisamos mudar.

Joel Anastacio – Eu falo que nossa existência e resistência, que já duram décadas e séculos e foi o que nos trouxe até aqui, deveriam ser consideradas. Acho que realmente a universidade deveria ter uma abertura maior, para tentar ouvir mais os acadêmicos indígenas. Por que estamos aqui? Qual é o nosso objetivo? É para mostrar mais do nosso povo, ter visibilidade. Existimos e resistimos há tantos anos. É claro que estamos aqui para aprender, mas será que não teríamos a contribuir também? Por isso acho que dentro da universidade deveria haver mais essa liberdade, uma abertura maior, para receber os acadêmicos indígenas.

Em muitos cursos em que há alunos indígenas os outros alunos nem sabem. Às vezes a universidade não trabalha de modo que sua presença seja reconhecida. Se isso acontecesse dentro da universidade, seria muito bom para os acadêmicos indígenas. Amanhã ou depois eu posso estar saindo daqui, mas e os outros que estão vindo? Como que eles vão ser recebidos aqui? Os outros que estão vindo vão passar pelos mesmos problemas que eu? Será que vão acabar desistindo? Por isso acho que a universidade deveria rever mais essa questão e tentar abrir mais espaço, ter mais diálogo para com os acadêmicos indígenas.

Referências

AMARAL, W. R.; FRAGA, L.; RODRIGUES, I. C. (Org.). **Universidade para Indígenas: a experiência do Paraná**. 1. ed. Rio de Janeiro: FLACSO, GEA; UERJ, LPP, 2016. 184p.

FRAGA, L.; ANASTACIO, J.; PEREIRA, R. Reexistência indígena na universidade estadual de ponta grossa: para além do acesso ao ensino superior. **Revista ABPN**, v. 10, p. 243-261, 2018.

FRAGA, L.; ANASTACIO, J.; PEREIRA, R.; SOUZA, J. I.; GOITOTO, P.; FONSECA JUNIOR, A. F.; QUEIROZ, E. W.; FONSECA, M. F. A criação de um coletivo de estudos e ações indígenas: a trajetória do CEAI. **HUMANIDADES & INOVAÇÃO**, v. 4, p. 276-287, 2017.

Recebido em setembro/2018.

Aceito em janeiro/2019